

Diálogos

ISSN 2177-2940



João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.¹

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v26i1.61956>

Bruno Marques

 <https://orcid.org/0000-0001-9693-0090>

Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061: Lisboa, PT E-mail: brunosousamarques@gmail.com

João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” in the unspoken realm.

Abstract: Focusing on the exhibition that João Pedro Vale and Nuno Alexandre Ferreira presented in 2018 at Cristina Guerra Gallery (Lisbon), this article addresses the strategies of discursive repression of homosexual identity during the Portuguese Estado Novo period. Analyzing the works exhibited and their critical reception, we used Foucault's conceptualization of the panopticon and archaeological strategy as a marginal archive (queer). Given the official suppression of the English word “homosexual”, Vale and Ferreira respond with the word cruising, so that we can classify a set of prohibited practices that, in Portuguese, not long ago could not have an appropriate name.

Key words: Homosexual identity; Portuguese Estado Novo; repression; cruising; contemporary art.

João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” en el reino de lo no dicho.

Resumen: Centrándose en la exposición que João Pedro Vale y Nuno Alexandre Ferreira presentaron en 2018 en la Galería Cristina Guerra (Lisboa), este artículo aborda las estrategias de represión discursiva de la identidad homosexual durante el período del Estado Novo. Analizando las obras expuestas y su recepción crítica, utilizamos la conceptualización de Foucault del panóptico y la estrategia arqueológica como un archivo marginal (queer). Ante la supresión oficial del término “homosexual”, Vale y Ferreira responden con la palabra inglesa cruising, para que podamos clasificar un conjunto de prácticas prohibidas que, en portugués, ni siquiera podían tener nombre adecuado hasta hace poco tiempo.

Palabras clave: Identidad homosexual; Estado Novo portugués; represión; cruising; arte contemporáneo.

João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

Resumo: Centrando-se na exposição que João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira apresentaram em 2018 na Galeria Cristina Guerra (Lisboa), o presente artigo aborda as estratégias discursivas de repressão à identidade homossexual durante o período do Estado Novo. Analisando as obras exibidas e sua recepção crítica, recorremos à conceptualização foucaultiana em torno do panóptico e da estratégia arqueológica enquanto arquivo marginal (queer). À supressão oficial do termo “homossexual”, Vale e Ferreira respondem com a palavra inglesa “cruising”, a fim de podermos classificar um conjunto de práticas interditas que, em Portugal, ainda recentemente não podiam ser nomeadas.

Palavras-chave: Identidade homossexual; Novo Estado Português; repressão; cruising; arte contemporânea.

Recebido em: 23/12/2021

Aprovado em: 03/02/2022

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da celebração do contrato-programa previsto nos números 4, 5 e 6 do art. 23.º do D.L. n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

O que não está ordenado à geração ou transfigurado por ela não tem direito de cidade. Nem verbo, sequer. Ao mesmo tempo expulso, denegado e relegado ao silêncio, não só não existe, como não deve existir, e far-se-á desaparecer à mínima manifestação – actos ou palavras. [...] Seria isto que caracterizaria a repressão e a que a distinguiria das interdições que a simples lei penal mantém: ela funciona efectivamente como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção de silêncio, como afirmação de inexistência e, por consequência, como verificação de que, de tudo aquilo nada há a dizer, nem a ver, nem a saber.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade – I A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio d'Água, 1994 (1969), p. 123-124.

Como pioneiramente referiu Michel Foucault no primeiro volume da sua *História da Sexualidade - A vontade de saber*, imbuída pelo espírito positivista da infalibilidade da ciência, a cidade burguesa retira o “problema” da homossexualidade do domínio de Deus e entrega-o à psiquiatria: o pecado é convertido em patologia (FOUCAULT, 1976/1994)². Será então sob o anátema da doença e da perversão que esta nova fórmula será enquadrada na lei³ (S. J. ALMEIDA 2010, p. 28; CASCAIS, 2016). Não obstante, no arco que se desenha entre o final da Monarquia Constitucional (até 1910), a República democrática (1910–1926) e o regime ditatorial do Estado Novo (1926/1933–1974), enquanto comportamento desviante e antissocial, a homossexualidade como crime só existirá, enquanto tal, incluída nos grupos sociais que viviam à margem da nova ordem burguesa, ou seja, como prostitutas, proxenetas, rufiões ou vadios em geral (BASTOS, 1997, p. 238; BRANDÃO, 2008, p. 4-5; S. J. ALMEIDA, 2010, p. 133, CASCAIS 2016; CORREIA, 2017)⁴. Apesar de fenómeno generalizado na sociedade portuguesa, fora dos salões da classe alta (onde se beneficia de uma certa permissibilidade) a vivência da homossexualidade estava encerrada numa espécie de “submundo” muitas vezes identificado com a marginalidade e o crime (S. J. ALMEIDA 2010, p. 169; CASCAIS 2016; CORREIA, 2017). Não havendo bares para homossexuais, “as pessoas encontravam-se clandestinamente em espaços públicos” (Cascais cit. p. S. J. ALMEIDA 2010, p. 171), ou seja, no mundo da rua, do engate nos urinóis, nos jardins e nos cais e estações (Gameiro cit. p. S. J. ALMEIDA 2010, p. 170; Serzedelo cit. p. S. J. ALMEIDA

2 “[...] o que pressupõe a definição da condição homossexual como algo de adventício, contingente, reversível e, logo, ‘reformável’, sem embargo de quaisquer considerações essencialistas.” (CASCAIS 2016, p. 100).

3 A medicina legal, a psiquiatria e a antropologia forense constituem o elo de ligação entre a sexologia médica e a prática penal.

4 “A homossexualidade era punida criminalmente, mas não era um crime igual aos outros. Como crime, quando as vítimas ou os criminosos eram homossexuais, não tinha estatuto para poder ser investigado até ao fim e ver as conclusões oficialmente aprovadas.” (S. J. ALMEIDA, 2010, p. 145). “Em Portugal, os códigos penais, de influência napoleónica, não prevêm a homossexualidade até 1954. Contudo, a sua punição vai dispensando a existência de um crime tipificado concretamente para aqueles atos.” (CORREIA, 2017).

2010, p. 180). O quadro ilícito em que era vivida a sexualidade e afectividade entre pessoas do mesmo sexo torna-se, no repressivo e católico país salazarista, numa realidade encoberta sob o manto de chumbo e subordinada à lei do silêncio. O puritanismo estado-novista impõe-lhe este triplo decreto da *interdição*, de *inexistência* e de *mutismo*, cenário que nos faz levantar a fundamental questão da ausência de “identidade” (Gameiro cit. p. S. J. ALMEIDA 2010, p. 21), da inexistência de uma “cultura de grupo” (S. J. ALMEIDA 2010, p. 27) ou da “identidade negativa”⁵. Sobre a tentativa do que será uma “cultura gay”, em 2003, no seu livro *Fractura. A condição homossexual na literatura portuguesa contemporânea*, Eduardo Pitta ainda garantia que esta não existia (2003, p. 30). António Fernando Cascais fornece-nos uma explicação ao caracterizar,

uma identidade que é atribuída e que não é assumida pelos próprios. É negativa e os homossexuais acabam por interiorizar a estigmatização. O que há não é a ideia de grupo positiva, uma identidade, uma cultura. [...] ao contrário dos negros e dos judeus, os homossexuais não nascem no seu grupo, nascem fora, nascem numa família heterossexual, não têm modelos positivos colectivos com os quais se identificar. (CASCAIS cit p. S. J. ALMEIDA 2010, 31).

No mesmo sentido, Octávio Gameiro refere que, “Ninguém quer ter uma identidade marginal, quer ter o desejo e o comportamento homossexual, mas não a identidade. [...]” (cit. p. S. J. ALMEIDA 2010, 36).

Como contrariar este “reconhecimento pela negação” que faz do homossexual uma figura espectral, essa espécie de fantasma, ser pairante, que flutua, não concreto, não palpável, nos discursos oficiais, e cuja objectivação não podia ser admitida a não ser pela via da repressão e na punição legal⁶? Como retirá-la da “guetização conceptual” (S. J. ALMEIDA 2010, p. 169) enquanto produto de um poder-saber que o fabrica?

Devido ao seu passado, em Portugal existe uma longa história de estigmas e perseguições que ainda está para ser *escrita*. Ao longo do período de quarenta anos de democracia, a memória da ditadura portuguesa e dos seus instrumentos tem sofrido mudanças, evoluindo de um “certo recalçamento” causador de “insuficiência” de memória, para, mais recentemente, um “levantamento progressivo dos recalçamentos anteriores” (PIMENTEL, 2007, p. 16-17), o que permite começar a fazer o necessário *ajuste de contas* relativamente ao tema. Logo após o 25 de Abril, devido à forma como caiu a ditadura e à crise do Estado que se desencadeou na fase inicial da transição para a

⁵ Segundo Miguel Vale de Almeida, “Mesmo em contextos onde não existe *uma* identidade *gay* ou lésbica discursivamente constituída, como era o caso da Europa pré-moderna, existe um código social de punição dos actos homossexuais que por si só constituiu uma identificação negativa” (VALE DE ALMEIDA, 2010 [2009], p. 42).

⁶ “Os homossexuais nunca são assim designados pela polícia, que usa, contudo, as expressões “homossexualidade” e “atos homossexuais”. Os termos “pederasta”, “sodomita” e “invertido” são os preferidos do narrador policial.” (CORREIA, 2016).

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

democracia, algumas tentativas de movimento gay e de reivindicação dos direitos dos homossexuais resultam cerceadas pelas forças políticas reacionárias dominantes (CASCAIS cit. p. S. J. ALMEIDA 2010, p. 225-226), continuando a homossexualidade a ser criminalizada até ao ano de 1982. Só depois de se assistir ao surgimento, nos anos noventa, de um verdadeiro movimento LGBT português no plano do movimento social e do associativo (CASCAIS, 2006, p. 109–126) é que, na década seguinte, desponta no nosso país um número considerável de publicações que visam desenterrar um passado gay e lésbico (RAMOS, 1994; GAMEIRO, 1998; GUINOTE 1994; PITTA, 2003; ZENITH, 2002; SANTOS 2004a; 2004b; 2005; 2009; KLOBUCKA, 2009; CASCAIS, 2006, 2016; BRANDÃO, 2008, 2009, 2010; VALE DE ALMEIDA, 2004, 2010; S. J. ALMEIDA, 2010; VAQUINHAS, 2011; CUROPOS, 2016; CORREIA, 2017; AFONSO, 2019, 2021).

Não obstante os relatos de história oral que nos vão chegando, na maioria dos casos sob anonimado e pseudónimo (BASTOS, 1997; S. J. ALMEIDA, 2010; AFONSO, 2019, 2021), como contar a história (ou as histórias) daqueles que nem sequer mereceram menção enquanto tais nas narrativas e arquivos oficiais? Por que na linguagem jurídico-penal não se reconhece o homossexual senão pela categorias da mendicidade, da indigência ou da vadiagem (BASTOS, 1997; CASCAIS, 2016, p. 97-98; VAZ, 2016), sendo designado nos depoimentos e relatórios da polícia como “pederasta”, “sodomita” e “invertido” (CORREIA, 2016)?⁷ Como pode a arte ajudar a compreender e lidar com os traumas decorrentes destas supressões, silenciamentos e *identidades em negativo*? Como conceber um arquivo alternativo capaz de fazer despoletar contra narrativas? Pode a invocação de um termo estrangeiro – celebrado no trabalho de vários importantes artistas norte-americanos dos anos 1970 e 1980 (BULLOCK, 2017) – contribuir para suprir essa ausência e ocupar esse lugar ainda vago “nos limbos ou no purgatório da história”? Converter-se nesse foco de luz que nos permita ver finalmente algo que permanece oculto no quarto escuro da noite fascista? Pode a apropriação de uma palavra exogénea a este ambiente, estrangeira, como o *cruising*, servir de peça que faltava para completar um possível puzzle? Como pode ele ajudar-nos a reflectir sobre o impacto da ditadura nas práticas *queer* contemporâneas em Portugal?

Centrando-se na exposição que João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira apresentaram em 2018 na Galeria Cristina Guerra, em Lisboa, o presente artigo aborda as estratégias discursivas de repressão à identidade (e vivência) homossexual durante o Estado Novo Português. Através de

⁷ Escreve António Fernando Cascais que, “A possibilidade de deter e condenar pessoas que mais tarde seriam designadas e percebidas como ‘homossexuais’ ao abrigo de uma inespecificada figura de ultraje público ao pudor significa que o sentido implícito dela era suficientemente claro para os contemporâneos, de modo a não carecer de maior detalhe ou esclarecimento. [...] Neste sentido, o que a lei faz é dar letra de forma (jurídico-política) a uma discriminação social, simbólica, ritual, pré-existente e que, pelo seu próprio gesto, ela reproduz como exclusão institucional, na direta proporção com que define uma categoria de pessoa e, com ele, o grupo inteiro a que ela pertence.” (CASCAIS, 2016, p. 97-98).

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

uma *tour* pelas obras ali exibidas e sua recensão crítica, recorreremos à conceptualização foucaultiana em torno do sistema panóptico de vigilância (FOUCAULT, 1984/1975) e da estratégia arqueológica (FOUCAULT, 2014/1969) como forma de constituição de um arquivo marginal (ou *queer*) (DEAN, 2014), a fim de pensar como esta dupla de artistas contribui para a construção de uma “memória imaginada”⁸ enquanto modo de resistência (FOUCAULT, 1994/1976). À supressão do termo “homossexual” – o que relegou toda uma comunidade à inexistência -, Vale e Ferreira respondem com o termo *cruising*, a fim de podermos positivamente identificar um conjunto de práticas interditas que, em Portugal, ainda recentemente não podiam ser nomeadas. Não poderá o seu uso contribuir para descolonizar a nomenclatura repressiva e estigmatizante do Estado Novo? Libertá-lo da categorização discriminatória imposta por um regime ditatorial e socialmente segregador, permitindo assim que uma existência com nome próprio e de pleno direito possa finalmente figurar na nossa memória colectiva?

Uma exposição do “cruising” em Portugal: a portaria camarária e o urinol público

Michael J. Bullock relata, num recente texto, a história de um jovem que, nos inícios dos anos 1960, faz a sua peregrinação iniciática às Rambles, o famoso parque de diversões ilícitas no Central Park de Nova Iorque, onde se juntam homens a procura de sexo ocasional. Nesse sentido, como comenta o jornalista e escritor de Brooklyn, no auge da idade dourada do *cruising*, a cena descreve “um rito de passagem essencial para a sua identidade homossexual”, dando conta da sensação vivida de empoderamento de “uma identidade até então reprimida” (BULLOCK, 2017).

Este texto foi escrito a propósito da exposição *A Mão na Coisa, A Coisa na Boca, A Boca na Coisa, A Coisa na Mão* da dupla João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira, apresentada em 2018 na Galeria Cristina Guerra, em Lisboa. Na montra da galeria (fig. 1), figurando numa coluna em forma de tronco de árvore feita de centenas de calças de ganga, cada uma delas homenageando um homem que resolveu revoltar-se contra o jugo e as leis da ditadura, um artefacto histórico criminaliza o *cruising* evitando nomear qualquer anatomia, actos ou orientações sexuais (fig. 2).

⁸ “[...] mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica.” (NORA, 1993, p. 21-22)

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.



Fig. 1 - Vista da exposição *A Mão na Coisa, A Coisa na Boca, A Boca na Coisa, A Coisa na Mão* (Galeria Cristina Guerra, Lisboa, 2018). Créditos fotográficos: Bruno Lopes. Cortesia dos artistas e da Cristina Guerra Contemporary Art.



Fig. 2 - *A Mão na Coisa, A Coisa na Boca, A Boca na Coisa, A Coisa na Mão*, 2018. Ganga e ferro. 40 cm x 40 cm x 350 cm. Créditos fotográficos: Bruno Lopes. Cortesia dos artistas e da Cristina Guerra Contemporary Art.

Neste tronco está anexada a cópia de uma portaria da Câmara de Lisboa, datada de 1953, onde se especificam as coimas para “pessoas que procurem frondosas vegetações para a prática de actos que atentem contra a moral e os bons costumes”:

Verificando-se o aumento de actos atentatórios à moral e aos bons costumes, que dia a dia se vêm verificando nos logradouros públicos e jardins e, em especial, nas zonas florestais Montes Claros, Parque Silva Porto, Mata da Trafaria, Jardim Botânico, Tapada da Ajuda e outros, determina-se à Polícia e Guarda Florestais uma permanente vigilância sobre as pessoas que procurem frondosas vegetações para a prática de actos que atentem contra a moral e os bons costumes. Assim, e em aditamento àquela Postura nº 69035, estabelece-se e determina-se que o art. 48º tenha o cumprimento seguinte:

1º Mão na mão.....	2\$50
2º Mão naquilo.....	15\$00
3º Aquilo na mão.....	30\$00
4º Aquilo naquilo.....	50\$00
5º Aquilo atrás daquilo.....	100\$00

Parágrafo único

Com a língua naquilo, 150\$00 de multa, preso e fotografado.

Abrindo a exposição, como se fosse um “fogo de artifício” (HORTA, 2018), um mictório

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

público construído numa estrutura de ferro é recriado como uma grande tela para “poesia de casa de banho” (fig. 3).



Fig. 3 - *Vadios*, 2018. Ferro, tinta e nitrato de amila (Poppers). 380cm x 380cm x 230cm. Créditos fotográficos: Bruno Lopes. Cortesia dos artistas e da Cristina Guerra Contemporary Art.

Nesta espécie de mural político, as paredes encontram-se cobertas de graffiti *queer*, com dizeres, *slogans*, nomes e outras inscrições rabiscadas no metal, tão próxima da “vida gay” de Lisboa, misturada com uma antologia de textos de poetas portugueses⁹, entre os quais se destacam Judith Teixeira, António Botto e Raul Leal - os poetas modernistas que, durante a Primeira República, ousaram produzir trabalho com subtexto gay, pagando o preço de verem os seus livros apreendidos e queimados em 1923, no incidente que ficou conhecido como os “Poetas de Sodoma” (cf. RAMOS, 1994; JORGE E GASPAR, 1996, p. 232-234; S. J. ALMEIDA, 2010, p. 48). Também são de especial interesse as passagens do poeta e pintor surrealista Mário Cesariny, várias vezes preso em rusgas a urinóis e sujeito a humilhações pela polícia (cf. Gameiro cit. p. S. J. ALMEIDA, 2010, p. 162 e 192-194).

⁹ Nesta antologia figuram poemas de Judite Teixeira, António Botto, Raul Leal, Cesariny, Almada Negreiros, Bocage e Variações.

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.



Fig. 4 - *Vadios*, 2018. (Vista do interior) Créditos fotográficos: Bruno Lopes. Cortesia dos artistas e da Cristina Guerra Contemporary Art.

Estas inscrições – típicas dos lavabos públicos –, aqui consideradas resistentes e subversivas, sobrepõem-se a uma grande inscrição que alude à célebre frase de Galvão de Melo (1921-2008), militar e político português, então membro da Junta de Salvação Nacional: “A revolução não foi feita para prostitutas e homossexuais”¹⁰. Reação ao manifesto publicado pelo Movimento de Ação Homossexual Revolucionária na última página do *Diário de Lisboa* a 13 de maio de 1974, sem que tenha surtido contudo grandes efeitos práticos para uma comunidade, que continuava relegada à inexistência (cf. AFONSO, 2021)¹¹.

10 “O almirante Galvão de Melo, membro da Junta de Salvação, foi à televisão assegurar a moral e bons costumes da revolução e assegurar que esta não tinha sido feita para as prostitutas e os homossexuais. Foi o fim de qualquer veleidade de que tinha chegado a época de democratização alargada da sociedade e do reconhecimento dos direitos individuais.” (S. J. ALMEIDA, 2010, p. 223).

11 “Os momentos de resistência declarada e aberta por parte de homossexuais e lésbicas durante o Estado Novo são inexistentes. A primeira vez que observamos este tipo de resistência é em maio de 1974, através de um cartaz numa manifestação portuense, “Liberdade para os Homossexuais” e da publicação de um manifesto no Diário de Lisboa, “Liberdade para as Minorias Sexuais”, assinado pelo Movimento de Acção Homossexual Revolucionária (MHAR).” (AFONSO, 2021).

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.



Figs. 5 e 6 - *Vadios*, 2018. (Vistas do exterior) Créditos fotográficos: Bruno Lopes. Cortesia dos artistas e da Cristina Guerra Contemporary Art

Esta é a razão que explica o título desta escultura, *Vadios* (figs. 3-6), termo aos quais os homossexuais eram equiparados¹² nos documentos emitidos pelo sistema jurídico-penal português durante o período em que actos sexuais entre pessoas do mesmo sexo foram ilegais, ou seja, entre 1912 e 1982 (cf. CASCAIS, 2016).¹³ A instalação *Daddies* (fig. 7), que encerra a mostra, lembra troncos de árvores decepadas e uma caixa ao fundo, na parede, pede-nos “silêncio” (fig. 8).

12 “A equiparação sucessiva aos vadios de uma série de categorias de indivíduos – mendigos, ociosos, prostitutas que não estavam inscritas nas listas oficiais de meretrizes matriculadas, rufiões e proxenetas, sobretudo quando eram reincidentes – acelera-se com o Decreto-Lei de 21 de Abril de 1892, a qual não inclui ainda os homossexuais. A equiparação começa por ser estritamente funcional, ou seja, ela é função da reincidência delituosa e não de uma qualquer identidade de natureza entre o homossexual e o vadio, mas, de facto, abre para uma afinidade mais profunda entre eles, que se insinua por outra via, que não a meramente funcional, e que atingirá a sua plena expressão mais tarde, quando se configurar a perigosidade do homossexual, que tem sensivelmente início em 1936 e se conclui em 1954.” (CASCAIS, 2016, p. 99).

13 De acordo com Susana Pereira Bastos, que no seu doutoramento abordou os excluídos e a Mitra de Lisboa, “tal como a prostituta ou o proxeneta desobedientes às prescrições policiais e sanitárias e como o chulo, o homossexual masculino, isto é, aquele que se entregava a ‘vícios contra a natureza’ (lei de 20.7.1912), constava também dessa longa lista de figuras assimiladas à vadiagem. De um modo diferente do rufião, o homossexual subvertia igualmente valores de honra masculinos, confundia as identidades de género, perturbava os códigos que geriam as relações entre os dois sexos, recusava a instituição familiar – pilar do Estado Novo” (BASTOS, 1997, p. 238).

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.



Fig. 7 - *Daddies*, 2018. Ganga e espuma de poliuretano. Dimensões variáveis. Coleção Maria João Santos e Armando Cabral (Rialto6), Créditos fotográficos: Bruno Lopes. Cortesia dos artistas e da Cristina Guerra Contemporary Art



Fig. 8 - *Silence = Death (Silencio)*, 2017. Cotonetes e K-line s/ tela em caixa de acrílico. 41,5 x 31,5 x 11,5 cm. Coleção Maria João Santos e Armando Cabral (Rialto6). Créditos fotográficos: Bruno Lopes. Cortesia dos artistas e da Cristina Guerra Contemporary Art.

Uma arqueologia artística: escavar a história esquecida dos homossexuais...

Sintonizado com o momento de afirmação do movimento LGBT português, o trabalho de João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira surge em finais dos anos 1990 fortemente relacionado com a emergência de um novo género de estética *queer* até então praticamente ausente do contexto artístico português (QUINLAN & ARENAS, 2002; BRAN, 2005; HERBERTO, 2015), mas que já havia ocupado o seu lugar na cena histórica internacional (CRIMP, 1988; CRIMP e ROLSTON, 1990).



Fig. 9 - *Can I wash you?*, 1999
Sabão azul e branco. 120 x 10 cm. Créditos fotográficos: Bruno Lopes. Cortesia dos artistas e da Cristina Guerra Contemporary Art.



Fig. 10 - *Don't Ask, Don't Tell, Don't Pursue*, 2000
Ferro, madeira e tecido. 3 x (160 x 40 x 40 cm). Créditos fotográficos: Bruno Lopes. Cortesia dos artistas e da Cristina Guerra Contemporary Art.

Na Nova York de meados a finais da década de 1980, com a ACT-UP, a estreita associação entre arte e activismo político foi desenvolvida num contexto de extrema urgência política, e em

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

resposta a um ambiente neoconservador que atribuía a trágica *AIDS crises* às loucuras da liberdade sexual conquistada no âmbito da revolução dos costumes das décadas de 1960 e 1970. Tal como nota Luís Herberto,

...o espaço ibérico, com forte tradição religiosa, permite poucas manifestações do género, destacando-se apenas em 2005, a exposição *Radicais Libres, Experiências Gays e Lésbicas na Arte Peninsular*, apresentada em Santiago de Compostela (BRAN, 2005), configurando-se como a primeira grande exposição realizada na Península Ibérica, à volta do universo LGBT dos dois países (HERBERTO, 2015).

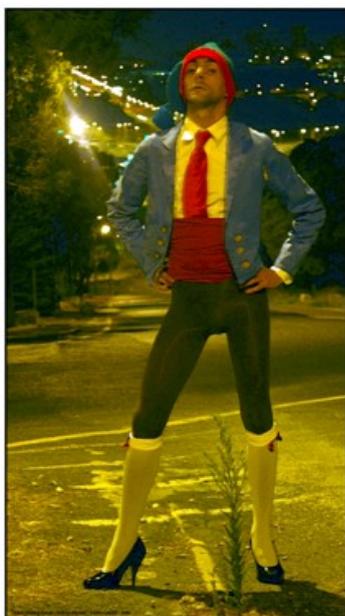


Fig. 11 - *Festa Brava (Toiro Lindo)*, 2005. C-print s/ lona. 650 x 350 cm. Créditos fotográficos: Bruno Lopes. Cortesia dos artistas e da Cristina Guerra Contemporary Art.

Ensaando uma “arqueologia artística e estrutural do saber relativo ao universo dito ‘queer’” (FARO, 2015), cedo o seu trabalho cruza diversos dispositivos e estratégias a fim de *desconstruir* “processos que levam aos confinamentos ou constrangimentos sociais” (VALE, 2008). Através de um uso virtuoso e expressivo da “ironia” (REIS, 2007), a dupla desmascara esses processos de repressão e hipocrisia social (fig. 10)¹⁴, recuperando dados e conteúdos reprimidos que o tempo e a história oficial fez esquecer¹⁵.

14 “That subject had already been treated in *Don’t Ask, Don’t Tell, Don’t Pursue* (2000), when this imposition was made to the gay community in the United States’ Armed Forces, and confronted the spectator with that reality” (JÜRGENS, 2005).

15 Tal ocorre porque a História se escreve de *cima para baixo*, “com esquecimentos, silêncios e ucronias” (GODINHO, 2012, p. 17), a partir de uma perspectiva oficial, enquanto os passados subalternos são marginalizados, resistindo à história (CHAKRABARKY, 1998, p. 18)

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

O poder, o dispositivo, o não-dito: espectros com medo do desejo

“Antigamente havia aqueles sanitários públicos, os urinóis, no Rossio, no Largo da Anunciada, no Cais do Sodré, no Campo Pequeno [...] Eram homens, pederastas, que iam para os mictórios fazer as suas conquistas. Também eram equiparados a vadios e iam para o Pisão.” (Um guarda da OSP de Lisboa, em entrevista concedida a Susana Pereira Bastos (1997, p. 238-239).

“Estava a falar com um senhor perto das casas de banho do Rossio e ele disse-me para ir para casa dele. Veio a polícia. Ou pagas tanto ou calabouço. Eram os ‘arrebenta’” (M..., natural de Viseu, internado na Mitra em 1949, cit. p. Susana Pereira Bastos (1997, p. 239).

“Havia a volúpia do engate e do risco real” (Depoimento feito sob anonimato a São José de Almeida (2010, p. 160.)

Vadios resgata um artefacto real que nos proporciona uma experiência particular: deparamo-nos no seu interior com signos ou mesmo narrativas de uma vivência quotidiana clandestina por onde os corpos tantas vezes circularam tingidos pelos fantasmas do desejo. Por isso, para Bruno Horta, esta é “a exposição do *cruising*”, convidando o visitante a imaginar-se imerso neste ambiente: “A busca erótica em espaços públicos, o ‘flirt’, o ‘voyeurismo’ e o recôndito — o ‘engate’, na palavra portuguesa” (HORTA, 2018). Comentando a sua estrutura circular - com oito unidades e parcialmente tapada por meia parede -, Bullock refere-se a uma dimensão auto-reflexiva, inquietante, envergonhada ou claustrofóbica, que o visitante pode experienciar no espaço:

O desenho desta peça é uma homenagem à teoria formulada por Foucault sobre o Pan-óptico, um conceito que pode ser assim resumido: temos a liberdade de agir, mas auto-regulamo-nos porque não sabemos quem nos está a observar; a repetição deste processo conduzir-nos-á eventualmente a interiorizar a censura, transformando-nos nos nossos próprios censores. Esta estrutura oferece-nos uma simulação simbólica da experiência do *cruising* durante a ditadura, dando-nos a possibilidade de superar os nossos mecanismos de auto-censura em troca de prazer sexual (BULLOCK 2017).



Fig. 12 - *Vadios*, 2018. (Vista do exterior). Créditos fotográficos: Bruno Lopes. Cortesia dos artistas e da Cristina Guerra Contemporary Art.

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

O sistema panóptico vigia. Observa sem ser observado. Circunstância que desperta o medo permanente de se ser surpreendido no flagrante das supostas prevaricações. Omnipresente, representa uma ameaça de punição que actua antecipadamente na medida em que exerce uma pressão constante antes mesmo que o crime seja cometido; por isso, como refere Michel Foucault em *Punir e Vigiar*, “assegura sua eficácia por seu carácter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos” (1984, p. 181-182).



Fig. 13 - *Vadios*, 2018. (Vista do interior). Créditos fotográficos: Bruno Lopes. Cortesia dos artistas e da Cristina Guerra Contemporary Art.

Colocando-nos no exacto local “onde a polícia mais perseguia os homossexuais e onde a maior parte das detenções acontecia” (AFONSO, 2021), os artistas activam perversamente o nosso corpo (e desejo). As palavras de João Pedro Vale sobre os trabalhos apresentados na galeria Módulo, em 2000, aplicam-se aqui:

O desejo surge aqui de duas maneiras. Por um lado, pelo facto das peças falarem sobre o próprio corpo, por outro, pelo confronto das peças com o espectador que se depara com o seu desejo em relação ao outro e com o modo como ele próprio pode ser o desejado (VALE, 2008).

Ao percorrer o mictório, o visitante encarna o corpo e alma de todos aqueles que viveram permanentemente com medo do seu desejo. Porquanto, como Raquel Afonso relata, era nesse mesmo local que “muitas vezes existiam polícias à paisana ou ‘agentes provocadores’, que apanhavam os indivíduos em flagrante delito ou os assediavam (respetivamente), detendo-os

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

posteriormente” (Afonso 2021) ¹⁶. Lugar-comum ao qual acresce a chantagem de que os homossexuais eram presa constante, quer por parte dos chamados ‘arrebentas’ (GAMEIRO, 1998, p. 81; BASTOS, 1997, p. 239-240), quer por parte da própria polícia a quem as vítimas subornavam para escapar à detenção ou à denúncia às suas famílias ou então ao puro e simples espancamento (S. J. ALMEIDA, 2010, p. 162–67). Poderemos então afirmar que a recriação deste mictório público não pode deixar de ser determinada por um contexto social ou histórico dos seus usos e das suas práticas, mas também dos seus estigmas e traumas. Universo vivencial que remete para uma memória já difusa, um imaginário colectivo hoje em vias de se perder. As palavras de Nuno Alexandre Ferreira vão nesse sentido:

Com o desaparecimento destes espaços, há uma parte da memória da convivência desta comunidade que desaparece. [...] Começámos a tentar perceber o que é que acontecia aqui e é aí que chegamos a esta ideia da inexistência de memória, da inexistência de registos, porque há mesmo um apagamento” (SOBRAL, 2018).

O saber, a palavra, o dito: um arquivo alternativo *queer*

A história oficial - de uma nação, de um povo, de uma etnia ou de uma sexualidade - pode ser contestada pelas histórias até hoje não sancionadas contidas em arquivos marginais. Aqui, o que o arquivo suporta é resistência política. Este entendimento, desenvolvido a partir do repensamento da historiografia por Walter Benjamin via a abordagem de Foucault sobre os saberes subjugados, encaminhou-nos à pesquisa sobre o que é conhecido como contraarquivos, arquivos de migrantes e arquivos *queer*: um projeto multidisciplinar multifacetado de identificação, coleta e preservação de vestígios daquilo que de outra forma permanece obscuro, efêmero, itinerante e precário. (DEAN, 2014, p. 10, TA).

O resgate de *formas de resistência* (FOUCAULT, 1994/1976; SCOTT, 1985; GODINHO, 2011), de *práticas possíveis* (GODINHO, 2017) de ordem vivencial e cultural, mas ainda *sem história* (D’EMILIO, 1983, p. 101) ou já quase *esquecidas* pelo tempo (GODINHO, 2012, 17)¹⁷, são assim por João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira descontextualizadas e recontextualizadas

¹⁶ “[detido] (...) em virtude do primeiro arguido ter pegado no membro viril do segundo, com o fim de o masturbar, o que não chegaram a levar efeito devido à minha intervenção.” [Processo 668/1942, CDAPJ]” (AFONSO, 2021).

¹⁷ Enquanto mecanismo de manipulação da memória colectiva (LE GOFF, 1990/1988, p. 368), sobretudo em circunstâncias que tornem hegemónica determinada perspectiva, de acordo com Paula Godinho, a construção de uma “memória social” tende a esbater “algumas modalidades colectivas, inerentes a grupos emudecidos ou subalternizados” (GODINHO, 2012, p. 17).

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

a fim de fazer emergir conteúdos recalcados¹⁸ e desencadear novas conexões¹⁹.



Fig. 14 - *Vadios*, 2018. (Vista do exterior). Créditos fotográficos: Bruno Lopes. Cortesia dos artistas e da Cristina Guerra Contemporary Art.



Fig. 15 - *Vadios*, 2018. (Vista do interior). Créditos fotográficos: Bruno Lopes. Cortesia dos artistas e da Cristina Guerra Contemporary Art.

18 “If anything he [João Pedro Vale] himself enriches that which his art exploits, through teasing out hidden or potential meanings, in the way that a philologist might enrich a given word by decoding a part of its past, uncovering an aspect of its etymology that theoretically alters its meaning.” (SHARP, 2007)

19 “João Pedro Vale [...] uses the stories and figures as a starting point to develop a fictional extension. In his work, the author modifies the meaning of the characters’ actions, of narrated events; he appropriates himself of their images and moves them into another area of interests, raising issues he’s mobilized by.” (JÜRGENS, 2005)

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

No interior do urinol, diante dessa enorme amálgama de símbolos e desafios semióticos que a história oficial pretendeu apagar, uma *forma alternativa de arquivo* (DEAN, 2014, p. 10) colige toda essa massa de textos que, resistindo, pertence a uma mesma família discursiva: encriptada, proscrita, branqueada, silenciada, agora resgatada, saindo do manto de obscuridade, tornando-se legível e, assim, passível de construir esta espécie de “história imaginada” que os artistas aqui propõem. Portanto, enquanto poesia libertária, os livros de autores proibidos revelam-se como contributos importantes para o que poderá ser visto como o lastro histórico que se vai sedimentando para a construção da identidade gay em Portugal. Discursos clandestinos, circunscritos, codificados, mas ainda muito insularizados, apesar de se colocarem à margem do poder, de empurrarem a lei, de anteciparem a liberdade futura enquanto transgressão deliberada. A citação que Pedro Faro faz da *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault, a propósito de uma anterior exposição, intitulada *Cruising Utopias*, patente na Galeria Presença (Porto) em 2015, volta a fazer sentido:

[...] as obras diferentes, os livros dispersos, toda essa massa de textos que pertencem a uma mesma formação discursiva – e tantos autores que se conhecem e se ignoram, se criticam, se invalidam uns aos outros, se plagam, se reencontram, sem o saber, e entrecruzam obstinadamente os seus discursos singulares numa trama da qual não são senhores, de cujo todo não se apercebem e cujas dimensões medem mal, todas essas figuras e essas individualidades diversas não comunicam apenas através do encadeamento lógico das proposições que adiantam, nem pela recorrência dos temas nem pela obstinação de uma significação transmitida, esquecida, redescoberta; comunicam pela forma de positividade do seu discurso (Foucault cit. p. FARO, 2015).

Este novo arquivismo de enunciados coloca João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira num lugar ambivalente: extemporâneo, o mictórico enquanto artefacto assemelha-se a um sonho, e tudo muda, como numa máquina do tempo, se atendermos também ao *corpus* considerado (poesia libertária com sub-texto gay). Mas de outra maneira, eles poderão dizer que invocam senão o real, porque tudo é real no enunciado, e toda a realidade (do desejo, do estado permanente de procura, da sedução, do risco, do medo, da humilhação, da chantagem, da denúncia, da extorsão, da punição, da vergonha, do estigma) é nele manifesto. Este arquivo – alternativo e *queer* – instala a exposição da dupla portuguesa ao mesmo tempo no sonho e na realidade, na ficção e no saber. Ou seja, enquanto “heterotopia” (FOUCAULT, 2013/1967), combinando espaços antagónicos no mesmo lugar – o espaço de liberdade/transgressão sexual e o espaço panóptico – o mictórico público religa *o dito* ao *não-dito*. Neste gesto melancólico, mas reivindicativo, a estratégia *arqueológica* expõe cinicamente as fragilidades e hipocrisias inerentes às formas de marginalização instituídas pelo poder. Estas exclusões, alusões indirectas e substituições exacerbadamente púdicas que assistimos na portaria camarária, revelam “naquilo” que pretendem esconder, a força monstruosa da censura e repressão. Seguindo uma mesma lógica, impedem programaticamente a aceitação e normalização do uso do

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

termo “homossexual” para efeitos de autoconsciência individual e colectiva.

Na própria produção discursiva da alteridade, o Estado Novo deliberadamente constrói o outro que discrimina como “vadio”. Eficaz operação de genocídio identitário, estancando qualquer *sentimento positivo de pertença a uma comunidade* inerente às melhores aspirações do pensamento revolucionário. Por outras palavras, recusando enunciar sequer o seu nome²⁰, a não ser de forma *negativa* ou condenatória – como “pederasta”, “sodomita” e “invertido”²¹, ou como “indigente”, “delinquente” e “mendigo” -, o Estado Novo impede conceder ao homossexual não só o estatuto de sujeito de pleno direito, como ainda qualquer sentido positivo de existência.

Numa situação de evidente confronto ideológico entre o passado e o presente, entre a repressão de Estado e o discurso marginal que faz da vivência transgressiva do sexo uma forma de libertação revolucionária, o que daqui ressalta é justamente o questionamento da ideia de comunidade e da sua impossibilidade no Portugal do Estado Novo. Uma utopia que se prolonga no pós-25 de Abril de 1974, atendendo não só às supracitadas palavras de *separação de águas* de Galvão de Melo, mas também ao facto da discriminação da homossexualidade só vir a ter lugar em 1982²², sete anos após a Revolução dos Cravos, levada a cabo em nome da democracia e da liberdade, mas que, em matéria de direitos civis e liberdades individuais, acabou por excluir durante muito tempo uma grande parte daqueles que haviam sido silenciados e ostracizados pela ditadura²³. Resta-nos apenas supor que, sem documentos e sem memória²⁴, apenas poderemos escrever uma

20 Segundo António Fernando Cascais: “[...] no Estado Novo pode ser-se homossexual, não se pode é dizer. Não se pode dizer a palavra. Aquilo de que não se gosta não se fala e não existe.” (Cascais cit p. S. J. ALMEIDA, 2010, p. 28).

21 Em Portugal, entre 1885 e 1932, são vários os médicos que publicam trabalhos sobre o assunto, como Arlindo Camillo Monteiro, Asdrúbal D’Aguiar, Adelino Silva, Albano Santos, ou Egas Moniz. Na sua tese *Discurso sobre a homossexualidade no contexto clínico*, Gabriela Moita refere que, durante a primeira metade do século as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo são unanimemente enquadradas como perversões, divergindo as diferentes teses quanto à natureza inata ou adquirida destes “desvios”. Já na segunda metade, o comportamento sexual passa a ser interpretado como um tipo de identidade. Segundo a mesma autora, todos os autores distinguem entre dois tipos de homossexualidade: uma é congénita e classificada como inversão e a outra é tida por vício ou imoralidade, classificada como perversão (MOITA, 2001).

22 “Em 1982, a homossexualidade (e o lesbianismo) deixou de ser criminalizada na lei portuguesa. No entanto, a homofobia social manteve-se forte. E o medo de ser descoberto e estigmatizado pelos demais, também. Estas práticas de resistência mantiveram-se com a chegada da democracia. Algumas delas ainda são visíveis nos dias de hoje.” (AFONSO, 2021). Cf. Código Penal de 1982 (Assembleia da República 1982), que será o primeiro a despenalizar por completo as relações sexuais e amorosas, por mútuo consentimento.

23 No contexto de repressão do Estado Novo, contrariamente ao que era a norma no que concerne às “pessoas de alta sociedade”, enquanto “povo”, o homossexual “quando era preso, estava sujeito à arbitrariedade e à cadeia ou a instituições de internamento, como os albergues” (ALMEIDA, 2010, p. 159). “As rusgas em locais de engate e em bares, para identificação, mas não mais do que isso – sem detenção – ainda se praticavam nos primeiros anos da democracia, até que o Código Penal de 1982 despenaliza por completo as relações sexuais e amorosas consentidas – a ‘homossexualidade’ – entre adultos.” (CASCAIS, 2016, p. 110).

24 “Como compreender que o ‘vadio-mendigo’, personagem da vida pública no princípio do século em Portugal, reconhecido pelas próprias autoridades administrativas, fosse, a partir da década de trinta, segregado nos albergues de mendicidade, expulso da cidade, exilado de qualquer lugar público? [...] Equiparados em certa medida aos opositores políticos do regime e, por isso, como eles, encarcerados, após o 25 de Abril, todavia, ninguém se lembrou deles. O seu estatuto de velhos moribundos ou senis, a cargo da assistência social, contribuiu também para a

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

"história imaginada" dos que não puderam ter voz, rosto ou nome. Esta seria a mitologia trágica da identidade gay portuguesa: uma (não-)comunidade demasiado tempo sem imaginário colectivo, a não ser que este pudesse ser formado no exacto momento em que assimila a utopia americana²⁵ que aqui encontra um nome: *cruising*.

O laço indissolúvel entre os saberes e os poderes, a palavra e o dispositivo, o dito e o não-dito

Ao justapor uma portaria camarária (que proíbe “*A Mão na Coisa...*”) e um urinol público (onde tantos “vadios” foram detidos pelo controlo policial) João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira abrangem um conjunto heterogéneo que comporta discursos e arranjos arquitectónicos, leis e proposições morais. O documento da Câmara de Lisboa refere-se paradigmaticamente a um regime de linguagem que classifica as infracções e calcula as penalidades, ao passo que a apresentação de um mictório associa as práticas não-discursivas às instituições materiais (a prisão, os reformatórios, os albergues como o da Mitra ou a Colónia Agrícola do Pisão) enquanto modo de agir sobre os corpos. Assim, e para continuar com Michel Foucault, o primeiro religa-se à *Arqueologia do Saber* (que aborda um poder jurídico-discursivo), e o segundo invoca *Vigiar e Punir* (que, ao narrar o nascimento da prisão, visa um poder disciplinar). Parecendo espelhar o deslocamento do foco de interesse levado a cabo pelo filósofo francês entre um e o outro livro, isto é, da constituição do saber (*episteme*) à genealogia do poder (*dispositivo*), na trajectória que o visitante desenha na exposição torna-se evidente assim a *forma do enunciável* na sua diferença com a *forma visível*²⁶, ou seja, quando passamos do Saber ao Poder, do discurso ao dispositivo, do dito ao não-dito. Num primeiro momento, este equipamento sanitário torna-se no contraponto – visível e luminoso – do enunciado. Mas ao entrarmos no seu interior, ele rapidamente se converte numa arena entre o visível e um enunciável de outra ordem, que já não é o do poder, mas o do contrapoder, da sua margem. Ultrapassando a dualidade entre formações discursivas e formações não-discursivas, trata-se aqui agora de homenagear uma política que se inventa pela literatura (a literatura dos poetas de Sodoma, dos poetas malditos) como *agenciamento colectivo de enunciação* (DELEUZE e GUATTARI, 2003), onde a relação a si adquire independência ao passar de objecto a sujeito de discurso. Dito de outro modo, onde de uma relação a si como controlo se agencia este poder que se exerce sobre si-mesmo, e que nos encaminha para uma autonomia do saber, onde se

invisibilidade das suas memórias [...] (BASTOS, 1997, o negrito é nosso).

²⁵ Comentando uma das obras apresentadas na exposição que aqui vimos abordando, *Daddies*, 2018, Bruno Horta escreve: “Não é só a evocação da Praia 19 e da Costa da Caparica, da tensão e dos aventureiros de Vénus, é um discurso fúnebre sobre a doença do século em Portugal, o adensar de uma história que nos chegou na versão americana e que integrámos, mesmo que nunca tenha sido verdadeira para nós. Ou então foi” (HORTA, 2018).

²⁶ O Panoptismo enquanto agenciamento óptico e luminoso que caracteriza a prisão e que condensa toda a dimensão do visível.

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

define um poder da verdade que já não é a verdade do poder. A exposição passa, então, menos por dar conta de factos reais e/ou imaginários, e mais por fazer-nos sentir o distanciamento que a linguagem toma para si mesma, quando são descobertas propriedades desconhecidas ou, hoje, para nós, já *estranhas*, porque em parte esquecidas. Porquanto, como equipamento urbano já obsoleto, o mictório é aqui tornado artefacto resistente ao tempo na eminência do seu próprio desaparecimento. E como (elemento de um) arquivo alternativo que é, ele comporta, pois, uma região próxima de nós, mas diferente da nossa atualidade. A estratégia arqueológica como programa de análise histórica de documentos ou enunciados – esse real unívoco – que uma dada época concebe, ou seja, as palavras e frases que um dado Poder emite e que, por sua vez, reenviam para outras palavras que estas palavras haviam contradito ou repellido. Esta “montagem” entre documentos e memórias esquecidas, artefactos e fantasmas do desejo, torna-se num modo de tornar visíveis as condições de possibilidade de dizer coisas verdadeiras e o que significa delas partir para fazer pensar. Entre essas coisas está, à cabeça, o policiamento geral e sistemático, esquadrinhador, exaustivo e minucioso na sua imensa indiscrição²⁷. Mas também o documento da cruel penalidade exemplar do Estado Novo que dá conta dessa realidade opressiva, remetida ao arbítrio do controlo do poder punitivo direcionado a finalidades de coacção psicológica. Porquanto, tal como o manicómio, a fábrica, o reformatório ou a prisão, este mictório desenha-se aqui provocatoriamente como estrutura de vigilância, espaço distópico que remete para o mesmo sonho arquitetónico moderno que “almeja à visibilidade absoluta como sistema generalizado de controlo dos corpos e das almas” (CASCAIS, 2009, p. 33). Nele habita, pois, o fantasma do desejo, mas também o espectro monstruoso da opressão constante, o permanente medo de ser, no momento do encontro e da sedução, apontado e punido²⁸ por um comportamento que era visto como desviante e anti-social. Num país que vivia debaixo de uma ditadura dominada pela moral católica do escondimento do corpo, as anatomias sexuais resultam cristalinamente silenciados pela censura do pudor hipócrita da cultura social vigente. Porque quanto ao que *não é dito*, a sua obliteração e permuta de facto (do falo pela “coisa”, por certas partes do corpo por “naquilo”, do homossexual pelo “vadio”...) advém do seguinte cerco estratégico: uma palavra nega sempre as outras, impede as outras, contradiz ou repele outras palavras. De modo que cada frase está marcada por tudo o que ela não diz, por um conteúdo virtual ou latente, se quisermos, por um “real encoberto”. O discurso jurídico-penal, como programa de uma instituição, surge aqui denunciado, exposto como elemento que permite justificar e mascarar

27 “O criminoso habitual, ou o suspeito de o vir a ser, deve constituir objecto da maior atenção da polícia, ainda quando não tenha factos concretos de que o acusar. O seu paradeiro, modo de vida, atividades, companhias, locais freqüentados, etc., devem ser vigiados e anotados nos registos policiais, para constituírem úteis elementos de investigação na devida oportunidade.” (Governo da República, 1945, p. 840)

28 “Havia uma vigilância constante em cima das pessoas, tínhamos medo, desde a PIDE à vizinha do lado” (Óscar Alves, depoimento concedido a São Almeida 2010, p. 159).

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

uma prática que, ela, permanece muda e sem nome fora das categorias do “crime”, da “imoralidade” e da “perversão”.

Para concluir: porque tudo precisa de um nome próprio...

Retomemos o essencial da rede de questões que motivou este texto: primeiro, como, no contexto do Estado Novo, a “alma” do homossexual aponta para um certo tipo de poder e para a referência de um saber do qual ela é um efeito? Com o fim da ditadura, pôde ele sair facilmente do lastro deixado por um poder-saber que o fabricou apenas pela via da repressão e da punição legal? Como pôde ele, mais tarde, se libertar de toda esta camada intermédia que Foucault desvelou em *Vigiar e Punir* – entre governantes e governados, soberanos e sujeitos, proprietários e expropriados – constituída por técnicas de assujeitamento, de domesticação, de produção de indivíduo mediante uma *identidade negativa*: desviante, antissocial, criminalizada, estigmatizante. Como contrariar este reconhecimento pela negação? Como retirá-lo dessa “guetização conceptual” que o encerrou, por tanto tempo, nas categorias do vadio, do delinquente, do invertido, do imoral?

Através da indissociabilidade entre constituição do saber (*episteme*) e genealogia do poder (*dispositivo*), pretendemos demonstrar como a relação entre uma portaria camarária e um mictório público, ou seja, entre um documento que decreta interdições e coimas e um espaço panóptico que simula a experiência do poder (a vigilância permanente, o encarceramento, a função correcional), permite fazer convergir o projecto da *Arqueologia do Saber* (a teoria da enunciação sobre os prazeres) com o de *Vigiar e Punir* (a cartografia do Poder enquanto estrutura material que *disciplina* os corpos e as almas).

Num segundo momento, através da análise de um arquivo alternativo apresentado em forma de tela para “poesia de casa de banho” e de “mural político”, onde se confrontam enunciados literários (libertários) e enunciados políticos (reacionários), tentámos dar resposta ao seguinte desafio: enquanto estratégia de autonomia e auto-determinação, como conceber um arquivo (artístico) *queer* apto para fazer despoletar contra narrativas? Preencher um vazio conceptual capaz de nomear positivamente uma vivência (transgressiva) e uma identidade (negativa)? Atendendo que “as descrições históricas se ordenam necessariamente segundo a actualidade do saber” (FOUCAULT, 2014/1969, p. 37), pode, nesse âmbito, um termo associado ao movimento de libertação gay nos Estados Unidos suprimir essa ausência e ocupar essa função? Após a trajetória por nós traçada, a hipótese que aqui nos orienta supõe o seguinte: se, no Portugal estado-novista e até pós-revolucionário, os “recursos discursivos são negativos” (Gameiro cit. por S. J. ALMEIDA, 2010, p. 36) para satisfazer a premente necessidade de atribuir à vivência da homossexualidade uma existência e um nome, não fará sentido a adopção de um termo estrangeiro mais emancipado e

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

libertador para que esta prática (e discurso) pudesse ser emitido ou recebido sem mais estigmas? O conceito de “agenciamento colectivo de enunciação” de Deleuze e Guattari (2003), a partir do qual uma comunidade menor se opõe às máquinas diabólicas do Poder, serve-nos como inspiração para compreendermos o que parece estar aqui em jogo: trata-se, então, não mais do que a celebração da passagem do “crime da vadiagem”, do “engate” clandestino, ao *cruising* enquanto acto de assunção desassombrado e emancipatório. Se *Kafka para uma Literatura Menor* de Deleuze e Guattari (2003) pensa o trabalho de criação como dispositivo de resistência ao poder, como método de redução ou subtracção das potências estatais, no mesmo sentido João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira usam um método de linguagem de *estranhamento*. Tal abre uma nova possibilidade, a de actualização (política) de um modo de existência fora das formas históricas de sujeição, determinada uma vez por todas com uma identidade *gay* constituída e necessariamente comprometida com a (re)escrita da sua história - esse “duro trabalho de liberdade”, esse “esforço de uma consciência retomando-se a si própria”, como escreve Foucault (2014/1969, p. 48) -, e que tem como característica fundamental a recusa da palavra “vadiagem” para designar a simples busca do e pelo prazer.

Referências

- AFONSO, Raquel. *Homossexualidade e Resistência no Estado Novo*. Lisboa: Lua Eléctrica, 2019.
- AFONSO, Raquel. Memórias de homossexuais e lésbicas no Estado Novo: da repressão à resistência quotidiana. *Setenta e Quatro*, 03.12.2021. Disponível em: <https://setentaequatro.pt/ensaio/memorias-de-homossexuais-e-lesbicas-no-estado-novo-da-repressao-resistencia-quotidiana> Acesso em: 24 out. 2021.
- ALMEIDA, São José. *Homossexuais no Estado Novo*. Lisboa: Sextante Editora, 2010.
- BRAGA, Paulo Drumond. *Filhas de Safo, uma história da homossexualidade feminina em Portugal*. Alfragide: Texto Editores, 2010.
- BRAN, X. M. *Radicais Libres, Experiências Gays e Lésbicas na Arte Peninsular*. Santiago de Compostela: Concellaria de Cultura do Concello de Santiago de Compostela, 2005.
- BRANDÃO, Ana Maria. Breve contributo para a história da luta pelos direitos de gays e lésbicas na sociedade portuguesa. *Semana Pedagógica União de Mulheres Alternativa e Resposta (U.M.A.R.) / Associação Académica da Universidade do Minho (A.A.U.M.)*, p. 1-22, 2008.
- BRANDÃO, Ana Maria. Democracia, cidadania e direitos lgbt em Portugal: Algumas questões em aberto. *Comunicação no Seminário Para além do arco-íris: activismo lgbt e feminista nos 40 anos de Stonewall*, Coimbra, Instituto Português da Juventude, p. 1-9, 2009a.
- BRANDÃO, Ana Maria. Da sodomita à lésbica: o género nas representações do homo-erotismo

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

feminino. *Análise Social*, 195, p. 307-327, 2010.

BASTOS, Susana Pereira. *O Estado Novo e os seus vadios: contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da sua Repressão*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997. Disponível em: [10.4000/books.etnograficapress.2192](https://doi.org/10.4000/books.etnograficapress.2192). Acesso em: 24 nov. 2021.

BULLOCK, Michael J.. A Mão na Coisa, A Coisa na Boca, A Boca na Coisa, A Coisa na Mão. *Arte Capital*, 2017. Disponível em: <https://www.artecapital.net/recomendacoes.php?ref=1393>. Acesso em: 12 out. 2021.

CASCAIS, António Fernando. Um nome que seja seu: Dos estudos gays e lésbicos à teoria queer. In: A. F. Cascais (ed), *Indisciplinar a Teoria. Estudos gays, lésbicos e queer*, Lisboa: Fenda, p. 21-89, 2004.

CASCAIS, António Fernando. Diferentes como só nós, o associativismo GLBT Português em três andamentos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, p. 109–126, 2006.

CASCAIS, António Fernando. O que é um dispositivo? In: CASCAIS, António Fernando; LEME, José Luís Câmara; NABAIS, Nuno (Coord.). *Lei, segurança e disciplina: trinta anos depois de Vigiar e Punir de Michel Foucault*. Lisboa: CFCUL, p. 31-49, 2009.

CASCAIS, António Fernando. Nota de apresentação. In: FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*, Lisboa: Almedina, p. 7-31, 2014 (2005).

CASCAIS, António Fernando. A homossexualidade nas malhas da lei no Portugal dos séculos XIX e XX. *International Journal of Iberian Studies*, 29 (2), p. 95-112, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306229711_A_homossexualidade_nas_malhas_da_lei_no_Portugal_dos_seculos_XIX_e_XX. Acesso em: 25 out. 2021.

CHAKRABARKY, Dipesh. Minority histories, subaltern pasts. *Postcolonial Studies*, Vol. 1. No 1, p. 15-29, 1998.

CORREIA, Ana Clotilde. O Estado Novo e a repressão da homossexualidade, 1933-1943. *Ler História* [Online], 70, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2669>. Acesso em: 26 out. 2021.

CUROPOS, Francisco. *L'émergence de l'homosexualité dans la littérature portugaise 1875-1915*. Paris: L'Harmattan, 2016.

CRIMP, Douglas (ed.). *AIDS: Cultural Analysis/Cultural Activism*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988.

CRIMP Douglas e ROLSTON, Adam. *AIDS DEMOgraphics*. Seattle: Bay Press, 1990.

DEAN, Tim. Introduction: Pornography, Technology, Archive. In: DEAN, Tim; RUSZCZYCKY, Steven; SQUIRES, David (ed.). *Porn archives*. Duke University Press, p. 1-26, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka para uma Literatura Menor*. Assírio & Alvim, 2003.

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

D’EMILIO, John. Capitalism and Gay Identity. In: SNITOW, Ann; STANSELL, Christine & THOMPSON, Sharon. (orgs). *Powers of Desire: The Politics of Sexuality*. New York, Monthly Review Press, p. 100-113, 1984.

FARO, Pedro. O Futuro Não Tem Fim. 2015. Disponível em:

<http://www.joaopedrovale.com/jpv.aspx?Lang=PT&Txt=109>. Acesso em: 24 out. 2021.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. Posfácio de Daniel Defert. [tradução Salma Tannus Muchail]. São Paulo: n-1 Edições, 2013 (1967).

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Lisboa: Almedina, 2014 (1969).

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1984 (1975).

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade – I A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio d’Água, 1994 (1976).

JORGE, Maria e GASPAR, Luís Manuel. *Judith Teixeira, poemas, & etc*. Lisboa, 1996.

GAMEIRO, Octávio J. C.. *Do Acto à Identidade: Orientação Sexual e Estruturação Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/UL, tese de mestrado, 1998.

GODINHO, Paula. História de um testemunho, com Caxias em fundo. In: RODRIGUES, Aurora (ed.), *Gente Comum – Uma história na PIDE*. Castro Verde: 100 Luz, p. 11-43, 2011.

GODINHO, Paula. Uso da memória e práticas do património. Alguns trilhos e muitas perplexidades. In: GODINHO, Paula (ed.). *Usos da memória e práticas do património*. Edições Colibri/Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, p. 13-23, 2012.

GODINHO, Paula. *O Futuro é Para Sempre. Experiência, Expectativa e Práticas Possíveis*. Letra Livre, Através Editora, 2017.

HERBERTO, Luís. João Pedro Vale & Nuno Alexandre Ferreira: um manifesto queer? *Revista Estúdio*, 6 (12), p. 70-80, jul.-dez. 2015.

HORTA, Bruno. A mão na coisa. *Sapo 24* (12-10- 2018). Disponível em: <https://24.sapo.pt/opiniaio/artigos/a-mao-na-coisa>. Acesso em: 26 out. 2020.

JÜRGENS, Sandra Vieira. Magical Land. In: João Pedro Vale: *Terra mágica = Magical land = Tierra mágica*. Porto: Mimesis, 2005. Disponível em: <http://www.joaopedrovale.com/jpv.aspx?Lang=EN&Txt=9>. Acesso em: 26 out. 2020.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990 (1988).

MOITA, Gabriela. *Discursos Sobre a Homossexualidade no Contexto Clínico – A Homossexualidade de Dois Lados do Espelho*. Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto, 2001.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

PITTA, Eduardo. *Fractura: a condição homossexual na literatura portuguesa contemporânea*. Coimbra: Ângelus Novus, 2003.

QUINLAN, Susan Canty; ARENAS, Fernando. *Lusosex: gender and sexuality in the Portuguese-speaking world*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

RAMOS, Rui. Os inadaptados. In: MATTOSO, José et al. *História de Portugal. A segunda fundação (1890-1926)*. Vol. 6. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 615-665, 1994.

REIS, Paulo. It is the Truth that Hides the Fact that there is no Truth. The Work of João Pedro Vale. *Dardo*. Número 9, Outubro / Enero 2008. Disponível em: <http://www.joaopedrovale.com/jpv.aspx?Lang=EN&Txt=10>. Acesso em: 24 out. 2020.

SANTOS, Ana Cristina. Direitos humanos e minorias sexuais em Portugal: O jurídico ao serviço de um novo movimento social. In: CASCAIS, António Fernando (org.). *Indisciplinar a Teoria. Estudos gays, lésbicos e queer*. Lisboa, Fenda, p. 143-182, 2004a.

SANTOS, Ana Cristina. Nem menos, nem mais, direitos iguais: a jurisdição do movimento LGBT português. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, p. 1-15, 2004b.

SANTOS, Ana Cristina.. *A Lei do Desejo – Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal*. Edições Afrontamento, 2005.

SANTOS, Ana Cristina. De objecto a sujeito? Olhares mediáticos sobre o activismo LGBT português. *Media & Jornalismo*, p. 69-82, 2009.

SHARP, Chris. 2007. Art and Lies. Disponível em: <http://www.joaopedrovale.com/jpv.aspx?Lang=EN&Txt=7>. Acesso em: 27 out. 2020.

SOBRAL, Cláudia. A Mão na Coisa... Ou todas as mãos em todas as partes. *Jornal i – SAPO* (13/07/2018). Disponível em: https://ionline.sapo.pt/artigo/619006/a-mao-na-coisa-ou-todas-as-maos-em-todas-as-partes-?seccao=Mais_i. Acesso em: 24 out. 2020.

SCOTT, James. *Weapons of the Weak – Every Forms of Peasant Resistance*. New Haven and London: Yale University, 1985.

VALE, João Pedro. O Vício da História. (Pedro Lapa em conversa com João Pedro Vale), 2008. Disponível em: <http://www.joaopedrovale.com/jpv.aspx?Lang=PT&Txt=65>. Acesso em: 24 out. 2020.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. Cidadania Sexual. Direitos Humanos, Homofobia e Orientação Sexual. *A Comuna*, 5, p. 50-55, 2004.

VALE DE ALMEIDA. *A Chave do Armário. Homossexualidade, casamento, família*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. O contexto LGBT em Portugal. In: NOGUEIRA, Conceição; OLIVEIRA, João. *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e de género*.

MARQUES, Bruno. João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira: “cruising” no reino do não-dito.

Lisboa: Comissão para a cidadania e igualdade de género, p. 45-90, 2010.

VAQUINHAS, Irene. Homossexualidades. *In: VAQUINHAS, Irene (coord.). A época contemporânea*. Vol. 3 de MATTOSO, José (dir.). *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, p. 279-287, 2011.

VAZ, Maria João. *O crime em Lisboa, 1850-1910*. Lisboa: Tinta-da-China, 2016.

VITORINO, Sérgio. "Actos Contra a Natureza" - A repressão social, cultural e policial da homossexualidade no Estado Novo. Outubro de 2007. *Artigo no blog Panteras Rosa*. Disponível em: <http://panterasrosa.blogspot.com/2008/04/represso-da-homossexualidade-no-estado.html>.

Acesso em: 29 out. 2021.

ZENITH, Richard. Fernando Pessoa's Gay Heteronym? *In: QUINLAN, Susan Canty; ARENAS, Fernando. (eds), Lusosex: Gender and Sexuality in the Portuguese Speaking World*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 35-56, 2002.